



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Quotistas,

A Administração da Muxfeldt Marin & Cia Ltda. – Mux Energia, submete à apreciação dos senhores as Demonstrações Econômico-Financeiras da companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. As demonstrações foram elaboradas na forma da legislação societária e demais normas legais acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Os demonstrativos refletem os atos e operações da empresa bem como a situação patrimonial e financeira do presente exercício social. A documentação relativa à prestação de contas encontra-se à disposição dos Senhores Quotistas, bem como estamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Perfil

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica. No segmento geração, possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2018 foi de 5,72 MWh. É responsável pela distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá, localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul. Atualmente conta com 11.593 unidades consumidoras, área de concessão de 15,34 Km², e 27 colaboradores. Dispõe de uma estrutura de 199 km de rede de distribuição primária e secundária. Com sede em Tapejara - RS, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 66 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

Contexto Setorial

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O fornecimento de energia elétrica da Mux Energia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo. Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, em atendimento ao contrato de concessão firmado pelo Poder Concedente. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada pela ANEEL a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica, as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WWCC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária. O quarto ciclo da revisão tarifária da Mux Energia ocorreu em julho de 2017, sendo que o 5ºCRTP ocorrerá 05 anos após esta data. As metodologias aplicadas à quarta revisão tarifária



periódica das concessionárias estão definidas nos Módulos 2 e 7 PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que tratam do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável, estabelecidas pela ANEEL, aprovados através das Resoluções Normativas nº 435 de 2011 e nº 660 de 2015.

Reajuste/Revisão Tarifária 2018

Tarifas - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.417 de 17 de julho de 2018 homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da Mux Energia. As tarifas foram, a partir de 22 de julho de 2018, em média reajustadas em 17,92%.

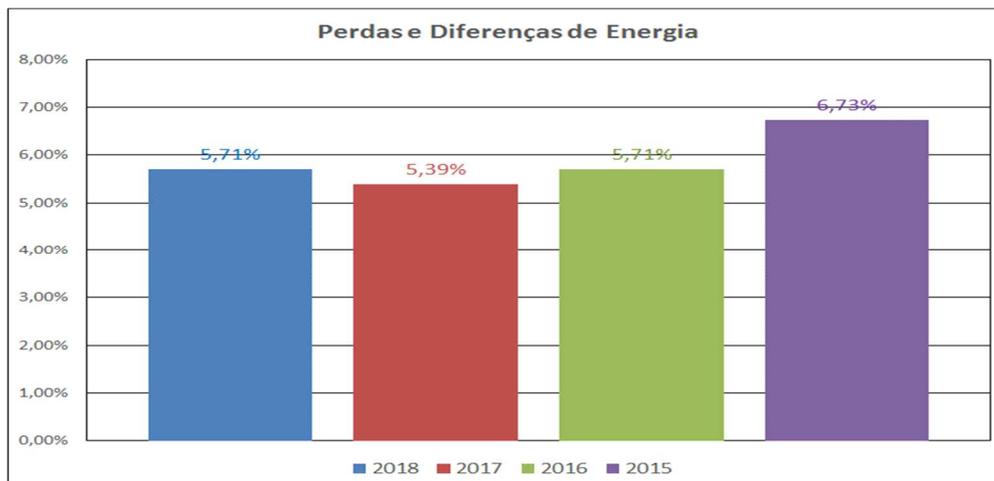
Desempenho Operacional

O balanço energético abaixo reflete o nível de energia adquirida e gerada para o atendimento do mercado de consumo de energia elétrica em 2018. A disponibilidade de energia requerida em 2018 totalizou 64.878 MWh. Com aumento de 3,14% em relação à 2017. Do total da energia requerida, a geração própria representou 8,82%, o suprimento representou 91,13% e a micro e mini geração distribuída 0,05%.

	Balanço Energético em MWh								Taxa de Crescimento %		
	2018	Part %	2017	Part %	2016	Part %	2015	Part%	2018/2017	2017/2016	2016/2015
Suprimento	59.124	91,13%	57.127	90,81%	63.439	93,38%	59.816	90,70%	3,49%	-9,95%	6,06%
Geração Própria - Usina Avante	5.725	8,82%	5.759	9,16%	4.487	6,60%	6.137	9,30%	-0,60%	28,37%	-26,89%
Micro e Mini Geração Distribuída	29	0,05%	19	0,03%	7	0,01%	0	0,00%	56,34%	154,35%	0,00%
Total Energia Requerida Mercado MUX	64.878	100,00%	62.906	100,00%	67.933	100,00%	65.952	100,00%	3,14%	-7,40%	3,00%
Fornecimento Energia Faturada	60.679	82,54%	59.067	82,91%	63.903	90,54%	61.512	93,27%	2,73%	-7,57%	3,89%
Consumidor Livre - PLASBIL	8.640	11,75%	8.334	11,70%	2.646	3,75%	0	0,00%	3,68%	215,01%	0,00%
Perdas e diferenças de Energia	4.198	5,71%	3.839	5,39%	4.030	5,71%	4.440	6,73%	9,37%	-4,74%	-9,25%
Total de Energia Injetada	73.518	100,00%	71.239	100,00%	70.578	100,00%	65.952	100,00%	3,20%	0,94%	7,01%

Perdas (%)

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre a disponibilidade total de energia e a energia faturada dos clientes pelo total da energia disponibilizada de suprimento e geração. Ao longo dos últimos anos as perdas da Mux Energia se mantém estáveis, tendo alcançado um nível satisfatório, considerado baixo em comparação aos níveis de perdas do sistema elétrico brasileiro. A Mux Energia busca permanentemente controlar as perdas, seja em investimentos ou melhorias.



Mercado de Energia Vendida

A distribuição de energia na área de concessão da Mux Energia no ano de 2018, foi de 69.297 MWh (67.375 MWh em 2017).

Dentre os consumidores, a classe de consumo com maior relevância é a industrial que representa 35,77% do total do faturamento. As atividades econômicas mais significativas e que representam 92% do consumo da classe são: preparação de leite, fabricação de artefatos de plástico e fabricação de frutas cristalizadas e balas.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

Consumidor	2018 (MWh)	Part %	2017 (MWh)	Part %	Taxa Crescimento %	
					2018/2017	2017/2016
Residencial	18.936	27,33	18.230	27,06	3,87	2,38
Industrial	24.789	35,77	24.444	36,28	1,41	-18,18
Comercial	10.580	15,27	10.561	15,67	0,18	0,99
Rural	241	0,35	224	0,33	7,46	183,54
Poder Público	926	1,34	771	1,14	20,05	-2,41
Iluminação Pública	3.595	5,19	3.243	4,81	10,86	4,55
Serviço Público	1.590	2,29	1.568	2,33	1,41	-11,36
Consumidor Livre	8.640	12,47	8.334	12,37	3,68	215,09
Total	69.297	100,00	67.375	100,00	2,85	5,47

Evolução do Número de Consumidores

O número de consumidores conectados ao sistema de distribuição da Mux Energia no ano de 2018 atingiu 11.594 consumidores, um crescimento de 2,34% em relação ao exercício anterior, representando um acréscimo de 265 unidades consumidoras, destas 241 são residenciais, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Consumidor	2018	Part %	2017	Part %	Acréscimo	Taxa Crescimento %	
						2018/2017	2017/2016
Residencial	9.769	84,26	9.528	84,10	241	2,53	2,39
Industrial	72	0,62	82	0,72	-10	-12,20	-5,75
Comercial	1.629	14,05	1.590	14,03	39	2,45	1,15
Rural	21	0,18	24	0,21	-3	-12,50	0,00
Poder Público	80	0,69	82	0,72	-2	-2,44	1,23
Iluminação Pública	6	0,05	6	0,05	0	0,00	0,00
Serviço Público	16	0,14	16	0,14	0	0,00	0,00
Consumidor Livre	1	0,01	1	0,01	0	0,00	0,00
Total	11.594	100,00	11.329	100,00	265	2,34	2,13

Qualidade do Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia elétrica pode ser avaliada através dos indicadores de continuidade do fornecimento, denominados DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora). Tais indicadores são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através do Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) que além da metodologia de cálculo, determina os limites padrões de continuidade. Além desses indicadores, apresentamos a evolução do TMA (Tempo Médio de Atendimento ao Consumidor), que é o intervalo entre a reclamação de interrupção da energia elétrica e seu restabelecimento, o qual registrou 49 minutos em 2018. A evolução destes indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Indicadores	2016		2017		2018	
	Limite	Realizado	Limite	Realizado	Limite	Realizado
DEC (horas)	10	6,10	9	1,97	9	4,52
DFEC (nº vezes)	9	4,44	8	3,59	8	3,85
TMA (minutos)	-	45	-	43	-	49

* Não existe limite definido pela ANEEL para o indicador TMA.

Desempenho Econômico-Financeiro

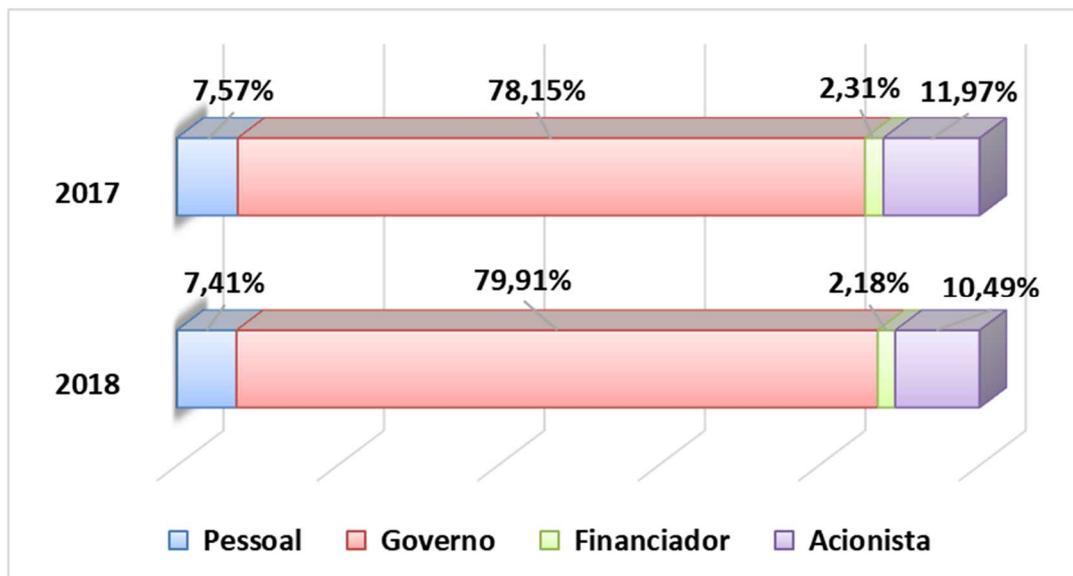
Em 2018, o lucro líquido foi de R\$ 2.716 mil, comparado com o de 2017 R\$ 2.608 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 23.600 mil, e em 2017 ficou em R\$ 21.626 mil.

EBITDA

O EBITDA, Lucro do Serviço- DRE, adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 3.285 mil em 2018 e R\$ 3.021 mil em 2017, superior em 8,74% desempenho que teve como principal fator o aumento da receita operacional líquida.

Valor Adicionado

Em 2018, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Mux Energia foi de 24.922 mil, representando 59,22% da Receita Operacional Bruta. Em 2017 foi de R\$ 21.801 mil e representava 58,27%. Apresentamos abaixo a distribuição do valor adicionado – DVA:



Investimentos

Infraestrutura da Concessão

Os investimentos realizados pela empresa em 2018 totalizaram R\$ 782 mil sendo que o maior incremento foi em linhas e redes de distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 733 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento. A usina hidrelétrica Avante também passou por melhorias em seus equipamentos, representando um incremento de 35 mil.

Investimentos	2018	%	2017	%
Obras de Geração	35	4,48	119	9,48
Obras de Distribuição	733	93,73	872	69,49
Instalações gerais	14	1,79	264	21,03
Total dos Investimentos	782	100,00	1.255	100,00
Origem dos Recursos				
Recursos Próprios	617	78,90	1216	96,89
Clientes	165	21,10	39	3,11
Total dos Recursos	782	100,00	1255	100,00

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento

De acordo com a legislação setorial a Mux Energia destina 1% da sua receita líquida operacional – ROL, para investimentos em projetos os quais desenvolvem atividades cujo resultado reverte em melhorias no sistema elétrico, beneficiando a todos os usuários de energia.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos - No exercício de 2018, a Mux Energia creditou aos sócios a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 878 mil (R\$ 800 mil em 2017), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social. Normalmente 50% do lucro líquido de cada exercício tem sido destinado aos quotistas.



Composição Acionária - Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

Atendimentos aos Quotistas - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

Administração - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux Energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento às mudanças exigidas pelo setor elétrico.

Gestão pela Qualidade Total – A Mux Energia possui o Certificado de Registro nº FS 544410 emitido pelo órgão certificador BSI Brasil. Em 2017 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de Ouvidoria”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da Mux Energia em outubro de 2018.

Pelo 3º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio IASC Brasil concessionárias. IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 25.000 entrevistas.

As empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo IASC. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Os resultados do IASC são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

Responsabilidade Social - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.



A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

Mensagem de Agradecimento

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Empresa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara, 05 de abril de 2019.

Rogério Zimmermann Döering

Diretor Presidente

CPF: 467.985.280-15



BALANÇO SOCIAL
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais

	2018			2017		
1. Base de Cálculo						
Receita Líquida(RL)			23.600			21.626
Lucro Operacional(RO)			2.869			2.621
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			2.288			2.042
2. Indicadores Sociais Internos						
	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		FPB	RL		FPB	RL
Encargos Sociais	551	24,08	2,33	484	23,70	2,24
Alimentação	146	6,38	0,62	105	5,14	0,49
Segurança	5	0,22	0,02	3	0,15	0,01
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1	0,04	0,00	15	0,73	0,07
Outros	58	2,53	0,25	5	0,24	0,02
TOTAL	761	33,26	3,22	612	29,97	2,83
3. Indicadores Sociais Externos						
	Valor	% sobre		Valor	% sobre	
		RO	RL		RO	RL
Tributos (Excluídos Encargos Sociais)	19.476	678,84	82,53	16.649	635,22	76,99
Contrib. p/a Sociedade	29	1,01	0,12	27	1,03	0,12
TOTAL	19.505	679,85	82,65	16.676	636,25	77,11
4. Indicadores Corpo Funcional						
	Nº de Empregados			Nº de Empregados		
Nº Empreg. ativos início ano		24			23	
Nº Admissões no ano		4			6	
Nº Demissões no ano		3			5	
Nº Empreg. ativos fim ano		25			24	
Escolaridade						
Superior		7			7	
Ensino Médio		13			11	
Ensino Fundamental		7			8	
Faixa Etária dos Empregados						
Até 30 de idade		4			6	
De 31 a 40 anos		8			7	
De 41 a 50 anos		7			9	
Superior a 50		8			4	
Mulheres que trabalham na empresa		6			7	
Menor Aprendiz		1			1	
Nº de ações trabalhistas contra a empresa		0			0	
5. Informações referente ao exercício da cidadania						
Nº total de acidentes de trabalho		0			0	
Relação entre a maior e menor remuneração		15,25			17,60	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:						
		<input checked="" type="checkbox"/> direção			<input checked="" type="checkbox"/> direção	
		<input type="checkbox"/> direção e gerências			<input type="checkbox"/> direção e gerências	
		<input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> todos os empregados	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:						
		<input checked="" type="checkbox"/> direção			<input checked="" type="checkbox"/> direção	
		<input type="checkbox"/> direção e gerências			<input type="checkbox"/> direção e gerências	
		<input type="checkbox"/> todos os empregados			<input type="checkbox"/> todos os empregados	
Nº total de reclamações/críticas consumidores		394			326	
Valor adicionado a distribuir(em milhares de reais)		24.922			21.801	
Distribuição do Valor Adicionado - DVA		%			%	
Governo		79,91		Governo		78,16
Pessoal		7,41		Pessoal		7,57
Acionistas		10,49		Acionistas		11,96
Financiadores		2,18		Financiadores		2,31



BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

Valores expressos em milhares de reais			
ATIVO	Nota	2018	2017
CIRCULANTE		15.413	14.535
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	6.551	7.879
Consumidores	5	4.543	4.003
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	233	221
Serviços em Curso	7	158	66
Estoque		576	552
Despesas Pagas Antecipadamente		52	155
Ativos Financeiros Setoriais	12	3.081	1.528
Outros Ativos Circulantes	8	219	131
NÃO CIRCULANTE		6.889	6.830
Tributos a Compensar	6	90	119
Ativo Financeiro da Concessão	9	310	292
Investimentos	10	299	300
Intangíveis	11	6.190	6.119
TOTAL DO ATIVO		22.302	21.365
PASSIVO			
CIRCULANTE		5.685	5.386
Fornecedores	13	2.149	1.921
Salários e Encargos a Pagar	14	307	292
Tributos e Contribuições Sociais	15	800	816
Encargos Setoriais	16	508	835
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	17	746	680
Passivos Financeiros Setoriais	12	919	555
Outros Passivos Circulantes		256	287
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.617	15.979
Capital Social		7.500	7.500
Reservas de Lucros		9.117	8.479
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.302	21.365

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

		Valores expressos em milhares de reais	
	Nota	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		42.181	37.414
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(18.582)	(15.788)
Impostos estaduais		(9.827)	(8.441)
Impostos federais		(4.073)	(3.231)
Impostos municipais		(13)	(11)
Encargos setoriais		(4.668)	(4.104)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	23.600	21.626
CUSTOS OPERACIONAIS		(20.731)	(19.004)
Custo com energia elétrica	21	(15.997)	(14.140)
Energia elétrica comprada para revenda		(10.462)	(10.443)
Encargo de uso dos sistema de transmissão		(4.999)	(3.201)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(535)	(496)
Custo de operação	22	(4.734)	(4.865)
Custo de Construção		(755)	(1.106)
Pessoal		(2.288)	(2.042)
Material		(145)	(292)
Serviço de terceiros		(586)	(500)
Depreciação e amortização		(416)	(400)
Outros		(545)	(525)
LUCRO DO SERVIÇO		2.869	2.621
RESULTADO FINANCEIRO	23	(137)	47
Receitas financeiras		1.091	1.161
Despesas financeiras		(1.228)	(1.114)
LUCRO ANTES DA CONTRIB. SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		2.732	2.668
Contribuição Social		(249)	(242)
Imposto de Renda		(645)	(618)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA REVERSÃO JCP		1.838	1.808
Reversão dos juros sobre capital próprio		878	800
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.716	2.608

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD.	QUOTAS EM TESOUR.	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	7.500	8.014	-	-	15.514
Dividendos Pagos	-	(1.200)	-	-	(1.200)
Aquisição de quotas próprias	-	(143)	-	-	(143)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(800)	-	(800)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.608	-	2.608
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.808	(1.808)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	7.500	8.479	-	-	15.979
Dividendos Pagos	-	(1.200)	-	-	(1.200)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(878)	-	(878)
Lucro líquido do exercício	-	-	2.716	-	2.716
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	1.838	(1.838)	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.500	9.117	-	-	16.617

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais	
	2018	2017
Atividades Operacionais	1.177	1.220
Lucro Líquido do Exercício	2.716	2.607
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa	427	405
Amortização	416	400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11	5
Variações no ativo	(2.262)	(1.990)
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(540)	(610)
(Aumento) Redução Serviços em Curso	(92)	(66)
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(12)	(32)
(Aumento) Redução Estoque	(23)	14
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	103	36
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	(1.639)	(1.300)
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(60)	(32)
Variações no passivo	296	198
Aumento (Redução) Fornecedores	227	309
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	33
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	(17)	276
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	102	69
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	(31)	(489)
Atividades de Investimento	(427)	(751)
Aquisições do Ativo Intangível	(794)	(1.001)
Valor Residual do Ativo Intangível Baixado	202	211
Contribuição e Doações do Consumidor	165	39
Atividades de Financiamento	(2.078)	(2.143)
Pagamento de dividendos	(1.200)	(1.200)
Aquisição de quotas próprias	-	(143)
Juros sobre o capital próprio	(878)	(800)
Total dos efeitos no caixa	(1.328)	(1.674)
Saldo inicial de caixa	7.879	9.553
Saldo final de caixa	6.551	7.879
Variação no caixa	(1.328)	(1.674)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
em 31 de dezembro de

Legislação Societária

	Valores expressos em milhares de reais			
	2018	%	2017	%
Receitas	42.081		37.414	
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.081		37.414	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(17.834)		(16.374)	
Custo da Energia Comprada	(15.997)		(14.140)	
Materiais	(145)		(292)	
Serviços de Terceiros	(586)		(500)	
Outros	(1.106)		(1.442)	
(=) Valor Adicionado Bruto	24.247		21.040	
(-) Quotas de depreciação	(416)		(400)	
(=) Valor Adicionado Líquido Produzido pela Concessionária	23.831		20.640	
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferências	1.091		1.161	
Receitas Financeiras	1.091		1.161	
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	24.922	100,00%	21.801	100,00%
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	1.847	7,41%	1.651	7,57%
Remunerações	1.531	6,14%	1.387	6,36%
Encargos Sociais (exceto INSS)	111	0,44%	135	0,62%
Convênio assistencial e outros benefícios	205	0,82%	129	0,59%
Governo	19.916	79,91%	17.039	78,16%
INSS (sobre folha de pagamento)	441	1,77%	391	1,80%
ICMS	9.826	39,43%	8.441	38,72%
Imposto de renda e contribuição social	894	3,59%	861	3,95%
Outros	8.755	35,13%	7.346	33,70%
Financiadores	544	2,18%	503	2,31%
Despesas financeiras	350	1,40%	314	1,44%
Aluguéis	194	0,78%	189	0,86%
Acionistas	2.615	10,49%	2.608	11,96%
Remuneração do capital próprio	878	3,52%	800	3,67%
Lucros retidos	1.737	6,97%	1.808	8,29%
Valor adicionado (médio) por empregado	997		948	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

01 – Informações sobre a Companhia

A Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda – Mux Energia é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede no município de Tapejara, localizada ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. Os principais objetivos sociais da Mux Energia são: geração de energia elétrica sob o regime de serviço público por meio da usina hidrelétrica existente e distribuição de energia na sua área de concessão nos municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Possui em operação uma pequena central hidroelétrica – PCH (Avante) com capacidade instalada de 01 MW localizada no Rio Ligeiro, município de Ibiaçá-RS.

02 – Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 - Base de Preparação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado outra forma. Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em ambos os períodos apresentados.

2.2 - Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

03 – Principais Práticas Contábeis

3.1 - Contratos de Concessão

Os contratos de concessão assinados entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e as empresas prestadoras dos serviços de distribuição de energia estabelecem regras claras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. Os novos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico.

O ICPC 01 – Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle

qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Empresa é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações contábeis; a) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e b) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 17 R1- Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica em função: a) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, b) de não existir qualquer previsão de ganhos nos planos de negócio da Empresa, a administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Dessa forma as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, contas bancárias e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, as quais são prontamente conversíveis em caixa, sujeitos a um risco mínimo de valor, estão demonstradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

3.3 - Consumidores

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada (estimativa), contabilizado com base no regime de competência. Inclui ainda os impostos diretos; os serviços prestados; acréscimos moratórios e outros bens como a provisão para crédito de liquidação duvidosa calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

3.4 - Almoxarifado operacional

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no ativo circulante (estoque de manutenção, de obras e administrativo) estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

3.5 – Ativo e Passivo Financeiro Setorial

Com a assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi assegurado que além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão. Tais valores financeiros devem ser apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.

Através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis –CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08 e a emissão do Comunicado Técnico IBRACON nº 05/2014, tornaram obrigatório na contabilidade societária o reconhecimento prospectivo de determinados ativos e passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a companhia passou a reconhecer os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações societárias.

3.6 - Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período de concessão. Sobre esses ativos a Empresa possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis no mercado, mas um ativo que deriva da intrínseca vinculação à infraestrutura existente na Empresa, suscetível a variações decorrentes das mudanças no ambiente regulatório. A Revisão Tarifária da Concessionária ocorre a cada 5 anos, e somente nesta data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do Valor Novo de Reposição - VNR depreciado. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela deste ativo imobilizado que não deve ser depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL, e podem ser modificados tempestivamente.

3.7 - Investimentos

Representam investimentos em bens imóveis e ações, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

3.8 - Intangível

O ativo intangível da empresa corresponde ao direito de exploração de concessões, é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do CPC 4 ICPC 01 – OCPC 05 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que a Empresa possui de cobrar os usuários pelo uso de infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Os itens que compõe a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Empresa, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL que regulamenta a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Estes ativos estão avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

3.9 - Redução ao valor recuperável de ativos

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.10 - Encargos Setoriais

São obrigações a recolher, originadas dos encargos do consumidor de energia elétrica definidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3.11 – Contingências Passivas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A provisão para contingência é atualizada mensalmente quando há previsão Provável de saída de recursos, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para reclamações trabalhistas e cíveis as ações classificadas como prováveis. Devido a irrelevância de valores de estimativas de contingências prováveis as mesmas não foram contabilizadas.

3.12 - Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. Os impostos e contribuições sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

São calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitadas a 30% do lucro real. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

3.13 - Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime da competência.

04 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017
Caixa e depósitos bancários à vista	133	103
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.418	7.776
	6.551	7.879

05 – Consumidores

A composição do grupo Contas a Receber de Clientes está representada assim representada:

Ativo Circulante

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		até 90 dias	mais de 90 dias			2018	2017
Residencial	1.068	244	31	1.343	(27)	1.316	1.216
Industrial	1.083	3	-	1.086	-	1.086	980
Comercial	655	82	12	749	(12)	737	691
Rural	7	-	-	7	-	7	6
Poder Público	54	-	-	54	-	54	45
Iluminação Pública	98	-	-	98	-	98	99
Serviço Público	96	-	-	96	-	96	86
Consumidor Livre	88	-	-	88	-	88	49
Subtotal	3.149	329	43	3.521	(39)	3.482	3.172
Serviço Taxado	4	3	1	8	(1)	7	11
Outros Créditos	20	12	1	33	-	33	43
Renda não faturada	1.020	-	-	1.020	-	1.020	777
Total	4.193	344	45	4.582	(40)	4.542	4.003

Ativo Não Circulante

Classe de Consumidores	Vincendos	Vencidos		Subtotal	PCLD	Total	
		até 90 dias	mais de 90 dias			2018	2017
Industrial	-	-	599	599	(599)	-	-
Subtotal	-	-	599	599	(599)	-	-
Outros Créditos	-	-	21	21	(21)	-	-
Total	-	-	620	620	(620)	-	-

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme descrito no item 3.3 – Consumidores - Principais Práticas Contábeis, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada de acordo com a Instrução Contábil 6.3.2 contida no

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e com a legislação do imposto de renda, que estabelece os seguintes critérios:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

06 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

	2018	2017
Circulante		
Imposto de Renda - IRPJ	-	-
Contribuição Social - CSLL	-	-
ICMS a Compensar	-	9
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	75	83
Programa de Integração Social - PIS	28	23
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	130	106
	233	221
Não Circulante		
ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado	90	119
Total	323	340

O ICMS s/ Aquisições para o Ativo Imobilizado são créditos fiscais referente à compra de bens destinados ao Ativo Imobilizado e relacionados à atividade fim da empresa.

Através da Lei Complementar 102/00, o crédito de ICMS passou a ser efetuado mensalmente na proporção de 1/48. O Decreto 50.756 de 2013 permite que os créditos sejam apropriados na proporção de 1/24 desde que as mercadorias sejam produzidas por empresa fabricante localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

Os demais impostos serão compensados nos recolhimentos dos tributos calculados na competência seguinte.

07 – Serviços em Curso

São registrados nesta conta os serviços em andamento controlados pelo sistema de ordens de serviço em curso - ODS, os Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D desenvolvidos pela Concessionária, os quais fazem parte dos encargos setoriais. No ano de 2017 foi firmado com a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Romagnole Produtos Elétricos SA e Fox Iot Soluções em Equipamentos e Engenharia, projeto e desenvolvimento de transformador de distribuição de elevada eficiência e reduzida relação peso/potência com sistema de sensores e comunicação sem fio na fase cabeça de série. O referido projeto permanece em andamento no ano de 2018.

	2018	2017
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	158	66
	158	66

08 – Outros Ativos Circulantes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros Devedores	160	55
Proinfra Recolhimento Antecipado	-	-
Subsídios Tarifários *	59	76
	<u>219</u>	<u>131</u>

* A rubrica Subsídios Tarifários refere-se ao valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras. O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da a) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação das quotas; b) risco hidrológico das quotas; e c) ESS – Encargo de serviços do sistema (usinas térmicas).

09 – Ativo Financeiro da Concessão

O ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de concessão estabelece as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01(IFRIC 12), a Concessionária tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas Demonstrações Contábeis pelo ativo financeiro e ativo intangível.

Saldo inicial do Ativo Financeiro	292	
Transferência do Intangível	18	
(-) Transferência das Obrigações Especiais	-	
Saldo final do Ativo Financeiro	310	
		2018
		2017
Ativo Financeiro da Concessão	<u>310</u>	<u>292</u>
Ativo Intangível da Concessão	<u>6.190</u>	<u>6.119</u>

Contrato de Concessão da Concessionária

A Mux Energia detém a concessão de distribuição de energia elétrica para os municípios de Tapejara e Ibiaçá – RS. Em 18 de outubro de 2000, a empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL assinaram o contrato de concessão nº 087/2000, que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantem a prestação de serviço na área de concessão. A concessão para distribuição de energia elétrica tinha prazo até abril de 2017, sendo que a Mux Energia em 11/10/2012 protocolou requerimento na ANEEL formalizando interesse na prorrogação da concessão. Em 09/12/2015 se deu a renovação através do quarto Termo Aditivo do Contrato de Concessão, prorrogando o mesmo até 31/12/2045. Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações

vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Vinculação dos Bens a Concessão

O Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, artigos 63 e 64 instituiu que os bens e instalações utilizados na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Atualmente a Resolução Normativa Aneel 691 de 08.12.2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, e dispensa da obrigação de solicitar anuência prévia, determinando somente a manutenção de dossiê de desvinculação composto por documentos específicos, os quais deverão ser mantidos para posterior comprovação junto ao órgão regulador. Determina em caso de alienação dos respectivos bens, que o resultado deduzido os encargos incidentes sobre a receita da venda sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 – Investimentos

Estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

	2018	2017
Participações Societárias Permanentes	233	232
Outros Investimentos	66	68
	299	300

11 – Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2018	2017
Em serviço (Líquido)	7.433	7.366
Em Curso	123	33
Obrigações especiais (Líquida)	(1.366)	(1.280)
	6.190	6.119

As movimentações dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	Serviço	Curso	Total
Saldo em 31/12/2017	6.086	33	6.119
Adições	-	1.954	1.954
Baixas	(636)	-	(636)
Amortização	(371)	-	(371)
Transferência - Ativo Intangível	1.055	(1.864)	(809)
Transferência - Ativo Financeiro	19	-	19
Obrigações Especiais	(86)	-	(86)
Saldo em 31/12/2018	6.067	123	6.190

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam valores dos consumidores e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. A partir do segundo ciclo da Revisão Tarifária a quota de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação tem seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

A composição dessas obrigações está assim representada:

	2018	2017
Participação dos Municípios	39	39
Participação do Consumidor	1.247	1.082
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	287	287
Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos	306	306
Amortização	(386)	(307)
Participações em Curso	(127)	(127)
	1.366	1.280

12 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Ativos e Passivos financeiros setoriais, conforme já mencionados no item 3.5, a Companhia reconheceu na contabilidade societária em conformidade com o OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e/ou Passivos das distribuidoras de energia elétrica, os quais divulga abaixo:

Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

Ativo	2018	2017
Reajuste Tarifário de 2018 (em Compensação)		
Parcela A	861	316
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2019		
Parcela A	2.220	1.212
Demais ativos financeiros setoriais	-	-
Total Ativo	3.081	1.528
Passivo		
Reajuste Tarifário de 2018 (em Compensação)		
Parcela A	69	200
Demais passivos financeiros setoriais	142	130
Variação capturada para Reajuste Tarifário de 2019		
Parcela A	243	76
Demais passivos financeiros setoriais	150	42
Devoluções Tarifárias	315	107
Total Passivo	919	555

CVA: Conta de compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A”: A partir de 26 de outubro de 2001, a ANEEL autorizou o diferimento da variação dos custos incorridos considerados não gerenciáveis, que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Os principais custos que integram a “Parcela A” são: CDE, PROINFA, Energia Elétrica comprada para Revenda.

13 – Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Encargos de uso da rede elétrica	-	-
Suprimento de energia elétrica	2.017	1.720
Materiais e Serviços	132	201
	<u>2.149</u>	<u>1.921</u>

Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Concessionária, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

14 – Salários e Encargos a Pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Folha de Pagamento Líquida	83	86
Férias	192	176
Tributos Retidos na Fonte	29	26
Consignações em Folha	3	4
Total	<u>307</u>	<u>292</u>

15 – Tributos e Contribuições Sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Programa de Integração Social - PIS	64	55
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFIN	295	255
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	280	265
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	41	42
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	10	10
Tributos Retidos na Fonte	59	45
Imposto sobre Serviços	1	1
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	35	97
Contribuição Social Lucro Líquido - CSLL	15	46
Total	<u>800</u>	<u>816</u>

16 – Encargos Setoriais

De acordo com o descrito no item 3.9, o quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas em Lei:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	9	7
Ministério das Minas e Energia - MME	4	4
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	127	244
Programa de Eficiência Energética - PEE	97	384
PROCEL	28	14
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	227	179
Encargos de Capacidade Emergencial	0	-
Taxa de Fiscalização	3	3
Adicional Bandeira Tarifária	13	-
Total	<u>508</u>	<u>835</u>

17 – Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores. Em 2018, a Empresa optou por creditar aos acionistas Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 878 mil.

Na Assembleia Geral Ordinária é feita a definição do valor a ser distribuído a título de dividendos. Em 2018, a distribuição foi no valor de R\$ 1.200 mil, referente a lucros acumulados de exercícios anteriores.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros sobre o Capital Próprio - JSCP	878	800
Imposto de renda retido sobre JSCP	(132)	(120)
Dividendos	-	-
	<u>746</u>	<u>680</u>

18 – Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 7,5 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

19 – Receita Operacional Líquida

Receita	Nº de consumidores		MWh		Reais Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento - Faturado					37.537	32.630
Residencial	9.769	9.528	18.936	18.230	14.469	12.258
Industrial	72	82	24.789	24.444	12.026	10.813
Comercial	1.629	1.590	10.580	10.561	7.822	6.944
Rural	21	24	241	224	103	92
Poder Público	80	82	926	772	686	497
Iluminação Pública	6	6	3.595	3.242	1.377	1.109
Serviço Público	16	16	1.590	1.568	1.054	917
Uso da Rede Elétrica de Distribuição					1.299	945
Consumidores Livres	1	1	8.641	8.334	1.056	828
Fornecimento Não Faturado					243	117
* Obrigações Especiais (-)					98	108
Ativo Financeiro Setorial Líquido					1.310	1.831
Outras receitas					2.133	2.116
Receita da Construção					755	1.106
Outras Receitas Operacionais (nota 20)					1.378	1.010
Receita Operacional Bruta					42.181	37.414
Deduções						
Tributos						
PIS					727	576
COFINS					3347	2.655
ICMS					9827	8.442
ISS					13	11
Subtotal					13.914	11.684
Encargos Setoriais						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					108	98
Programa de Eficiência Energética - PEE					101	98
Conta de Desenvolvimento Energético					3.992	3.001
Taxa de Fiscalização					32	30
Adicional de Bandeiras Tarifárias					434	877
Subtotal					4.668	4.104
Total de Deduções da Receita					18.581	15.788
Total Receita Operacional Líquida					23.600	21.626

Obs.: O valor expresso foi formado por Consumo + Demanda + Fator Potência + ICMS + PIS + COFINS.

* Obrigações Especiais: De acordo com a orientação da ANEEL contida no Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos devem ser contabilizadas como obrigações especiais a partir da data contratual da revisão tarifária da concessionária.

A partir da assinatura do Termo Aditivo ao contrato de Concessão, as referidas receitas sofreram alterações quanto à forma de contabilização, as quais deverão ser registradas como um passivo financeiro setorial – Devoluções tarifárias.

20 – Outras Receitas Operacionais

	2018	2017
Arrendamentos e Aluguéis	8	15
Renda da Prestação de Serviços	28	66
Compartilhamento de Infraestrutura	347	286
Subvenção Residencial Baixa Renda	58	93
Subsídios Tarifários	698	428
Serviço Taxado	67	71
Outras Receitas	172	51
Total	1.378	1.010

21 – Custo com Energia Elétrica

	Quantidade em MWh		Milhares de R\$	
	2018	2017	2018	2017
Energia comprada				
Compra de Energia		57.124	11.705	11.590
Proinfa		1.642	535	496
Microgeração		0,02	14	8
Subtotal		58.766	12.254	12.094
Crédito Pis e Cofins			(1.256)	(1.155)
Total			10.998	10.939
Uso da Rede de Energia				
Encargo de Uso da Rede Elétrica			5.490	3.518
Crédito Pis e Cofins			(491)	(317)
Total			4.999	3.201
	-	58.766	15.997	14.140

22 – Custo da Operação

	2018	2017
Custo da Operação		
Pessoal	1.845	1.627
Administradores	443	415
Material	145	292
Serviço de Terceiros	586	500
Arrendamentos e Aluguéis	194	189
Seguros	14	16
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	11	5
Tributos	17	44
Amortização	416	400
(-) Recuperação de Despesas	(26)	(27)
Outros Gastos	288	230
Custo da Construção	755	1.106
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	46	68
Total	4.734	4.865

23 – Receitas e Despesas Financeiras

	2018	2017
Receita Financeira		
Receita de Aplicações Financeiras e Juros s/ Capital Próprio	402	777
Multas, Juros e Acréscimos Moratórios de Energia	192	159
Variação Monetária Ativa - Financeiro Setorial e Recontab. CCEE	291	147
Outras Receitas Financeiras	248	142
Tributos sobre as Receitas Financeiras	(42)	(64)
	1.091	1.161
Despesa Financeira		
Juros sobre o Capital Próprio	(878)	(800)
Variação Monetária Passiva - Financeiro Setorial e Recontab. CCEE	(214)	(257)
Outras Despesas Financeiras	(136)	(57)
	(1.228)	(1.114)
Resultado Financeiro	(137)	47

24 – Instrumentos Financeiros

Risco de Crédito: O risco surge pela possibilidade de a Concessionária vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Concessionária como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Concessionária dos consumidores cativos são fixadas pela Aneel, de acordo com a periodicidade prevista nos contratos de concessão celebrados com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a Aneel determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, o que pode gerar reajustes menores em relação ao esperado, embora compensados em períodos subsequentes por outros reajustes.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros - A Concessionária mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

25 - Provisões para Contingências

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos consultores jurídicos da Empresa que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individualizada bem como as expectativas de risco de perda, que podem ser provável, possível ou remota. Quando uma ação é avaliada com risco de perda provável, é constituída a respectiva provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2018, a ou Empresa junto com seus consultores jurídicos, avaliou as ações existentes e considerando a natureza, estágio e expectativas de perda entende não haver necessidade de se constituir provisão para contingência.

26 – Seguros

A Mux Energia mantém apólices de seguros com cobertura suficiente para cobrir eventuais perdas, de acordo com o grau de risco e a natureza, sendo estes de forma regular e renovados anualmente, estando discriminados conforme abaixo:

Descrição	Inc./Raio/Expl.	Vend./Granizo	Danos Eletr./Outros	Início	Término
Seguro almoxarifado	500	100	10	12/2018	12/2019
Seguro demais imóveis	800	130	70	04/2018	04/2019
Total Seguro Imóveis	1300	230	80		
	Danos Mat.	Danos Pes.	Morte/Danos Morais		
Seguro veículos	720	720	308	05/2018	05/2019
	Morte	Invalidez			
Seguros Pessoal/Indiv.	112	112	Vencimento mensal		

27 – Ajuste a Valor de Presente

Considerando as disposições do CPC 12 e por se tratar de valores irrelevantes nas contas dos clientes, outros créditos e fornecedores, não houve ajustes a valor presente no resultado da empresa.

28 – Divulgação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis societária e regulatória da Concessionária estão disponíveis no site www.muxenergia.com.br.



Rogério Zimmermann Döering
Diretor Presidente
CPF: 467.985.280-15



Rosane Rovani de Linhares
Contadora
CRC: RS 55.496-O/8
CPF: 494.609.860-72



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas da

Muxfeldt Marin & Cia Ltda

Tapejara - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Muxfeldt Marin & Cia Ltda** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Muxfeldt Marin & Cia Ltda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 02 de abril de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá - PR, 28 de março de 2019.

BEZ Auditores Independentes S/S

CRC PR 5.010/O-2



Marco Antônio Harger Lückmann

Contador CRC SC 023.456/O-6 T - PR